



# A Educação Sexual no Espaço Escolar

Organizadoras:

**Dilma Lucy Freitas**

**Gabriela Maria Dutra de Carvalho**

**Marisalva Fávero**

**Paula Almeida Costa**

**Vera Márcia Marques Santos**



# Projeto WebEducaçãoSexual:

## A Educação Sexual no Espaço Escolar

**Organizadoras:**

Dilma Lucy Freitas

Gabriela Maria Dutra de Carvalho

Marisalva Fávero

Paula Almeida Costa

Vera Márcia Marques Santos

FLORIANÓPOLIS  
2018

 EDITORA  
**UDESC**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

Marcus Tomasi  
Reitor

Leandro Zvirtes  
Vice-Reitor

Matheus Azevedo Ferreira Fidelis  
Pró-Reitor de Administração

Leonardo Secchi  
Pró-Reitor de Planejamento

Soraia Cristina Tonon da Luz  
Pró-Reitor de Ensino

Fabio Napoleão  
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade

Antonio Carlos Vargas Sant'Anna  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDITORA UDESC

Marcia Silveira Kroeff  
Coordenadora

CONSELHO EDITORIAL

Marcia Silveira Kroeff – Presidente  
Nilson Ribeiro Modro – CEPLAN  
Alexandre Magno de Paula Dias – CESFI  
Janine Kniess – CCT  
Rosilaine Ripa – CEAD  
Edelcio Mostaço – CEART  
Rafael Tezza – ESAG  
Sílvia Maria Fávero Arend – FAED  
Rosana Amora Ascari – CEO  
Renan Thiago Campestrini – CEAVI  
Renata Rogowski Pozzo – CERES  
Veraldo Liesenberg – CAV

EDITORA UDESC

Fone: (48) 3664-8100

E-mail: [editora@udesc.br](mailto:editora@udesc.br)

<http://www.udesc.br/editorauniversitaria>

**COLABORADORES:**

Alessandro Garcia Paulino  
Cátia Regina Soares da Rosa  
Carolina Faria Alvarenga  
Célia Regina Rossi  
Cláudia Maria Ribeiro  
Daniella Weingartner  
Dilma Lucy de Freitas  
Dulce Mourato  
Filomena Aguiar  
Gabriela Dutra de Carvalho  
Graziela Raupp Pereira  
Helena Bilimória  
Isabel Chagas  
Juliana Lapa Rizza  
Lívia Monique de Castro Faria

Luís Fernandes  
Luis Gustavo Guimarães  
Marcilene Mendes de S  
Marisalva Fávero  
Marta Caseirito  
Nazaré Aparecida  
Neide Feijó  
Patrícia Pereira Mendes  
Paula Costa  
Paula Regina Costa Ribe  
Pedro Ferreira  
Sônia Seixas  
Teresa Vilaça  
Vera Márcia Marques Sa  
Zélia Anastácio

**ORGANIZADORAS:**

Dilma Lucy Freitas  
Gabriela Maria Dutra de Carvalho  
Marisalva Fávero  
Paula Almeida Costa  
Vera Márcia Marques Santos

**PROJETO GRÁFICO/CAPA:**

Alexandre Lunelli

**DIAGRAMAÇÃO**

Alexandre Lunelli

---

P964 Projeto WebEducaçãoSexual: a educação no espaço escolar /  
Dilma Lucy Freitas et al. (Orgs.); Projeto gráfico e Capa Alexandre  
Florianópolis: UDESC, 2018.  
191 p. : il. color.; 24 cm

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978-85-8302-151-3

1. Educação sexual - Ensino. 2. Currículos. 3. Professores - I  
4. Bullying. 5. Tecnologias digitais. I. Freitas, Dilma Lucy. II. Car  
Fávero, Marisalva. IV. Costa, Paula Almeida. V. Santos, Vera Márcia M  
CDD: 372.372 - 20. ed.

---

Ficha catalográfica elaborada: Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRI

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO I.....	9
PREFÁCIO II.....	11
<b>PROJETO WEBEDUCAÇÃOSEXUAL: UM ESPAÇO VIRTUAL DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO SEXUAL</b> <i>Dilma Lucy de Freitas, Gabriela Dutra de Carvalho, Marta Caseirito.....</i>	15
<b>CURRÍCULO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E EDUCAÇÃO SEXUAL</b> <i>Patrícia Pereira Mendes, Vera Márcia Marques Santos.....</i>	33
<b>A EDUCAÇÃO SEXUAL, CONCEITOS, MODELOS E LEGISLAÇÃO PORTUGUESA</b> <i>Marisalva Fávero, Pedro Ferreira, Neide Feijó, Helena Bilimória.....</i>	43
<b>EDUCAÇÃO SEXUAL E AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS NUMA PERSPECTIVA EMANCIPATÓRIA</b> <i>Daniella Weingartner, Cátia Regina Soares da Rosa, Graziela Raupp Pereira.....</i>	59
<b>EDUCAR PARA A SEXUALIDADE SEM FALAR EM EDUCAÇÃO SEXUAL - ATIVIDADES DE TIC EM TURMAS MULTICULTURAIS</b> <i>Dulce Mourato.....</i>	69
<b>SEXUALIDADE(S) E INFÂNCIA(S): IMBRICANDO ARTEFATOS CULTURAIS E FORMAÇÃO DOCENTE</b> <i>Cláudia Maria Ribeiro, Carolina Faria Alvarenga, Alessandro Garcia Paulino, Livia Monique de Castro Faria .....</i>	79
<b>OS PROFESSORES E A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO BÁSICO: NECESSIDADES DE FORMAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NA EVOLUÇÃO CONCEPTUAL</b> <i>Zélia Anastácio.....</i>	93

# A EDUCAÇÃO SEXUAL, CONCEITOS, MODELOS E LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Marisalva Fávero<sup>1</sup>, Pedro Ferreira<sup>1</sup>, Neide Feijó<sup>2</sup>, Helena Bilimória<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Universitário da Maia/Observatório da Sexualidade (Portugal)

<sup>2</sup>Instituto Piaget (Portugal)

## Resumo

Neste capítulo será apresentado o suporte teórico para uma proposta de Educação Sexual para os diferentes ciclos de estudos e diferentes populações, partindo de uma breve explanação sobre o que se entende por sexualidade. Seguidamente serão abordadas as ideias centrais da Educação Sexual, enfatizando-se a importância da Educação Sexual, assim como das suas funcionalidades na sociedade. Serão apresentados os vários agentes de socialização que interferem neste tipo de educação, uma nota histórica sobre Educação Sexual em Portugal e a legislação portuguesa.

**Palavras-chave:** Educação sexual; Sexualidade; Lei portuguesa.

## 1. SEXUALIDADE

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) defende que a sexualidade está anteriormente ligada com a saúde física e mental e descreve a sexualidade como um aspeto central do ser humano que está presente ao longo de toda a vida e que compreende o sexo, a identidade, papéis de género, orientação sexual, o erotismo, e o bem-estar social que se relacionam com a sexualidade.

Além disso, é um fenómeno que desempenha uma das exteriorizações mais complexas do ser humano, abarcando processos biológicos, cognitivos, emocionais, sociais e culturais, durante todo o ciclo vital do indivíduo (López & Fuertes, 1999; Sousa, Soares & Vilar, 2007).

É de salientar que a sexualidade é dissemelhante em cada fase do desenvolvimento humano. Como tal, os interesses sexuais e comportamentos mudam de acordo com a idade, adotando características próprias em cada ciclo da vida (Castañón, 2007; Fávero, 2003; Nedeff, 2001).

Assim, o modo como as pessoas experienciam e expressam a sexualidade é divergente para cada indivíduo, podendo ser influenciada pelos processos expostos precedentemente (Southard & Keller, 2009).

Mais do que o ato sexual e a reprodução, a sexualidade humana abarca o que as pessoas são, os seus sentimentos e relacionamentos, envolvendo aprendizagem, reflexões, valores morais e tomada de decisão.

Além disso, é uma energia forte e mobilizadora, sendo o lugar do desejo, do prazer e da responsabilidade (Camargo & Ribeiro, 2003). Este aspeto central na vida do ser humano resulta de uma socialização a que todos estão sujeitos (formal e informalmente), envolvendo um processo de aprendizagem que tem o seu início na infância, seio familiar e, que se complementa com outros agentes de socialização, designadamente: amigos, escola, media e internet (Arnal, & Llario, 2006; Kaeser, DiSalvo, & Moglia, 2000; Ramiro & Matos, 2008; Vilar, 2005).

Podemos dizer que a sexualidade é perspectivada como uma experiência social, introduzida num determinado sistema de significado, designado por "cultura sexual" (Ramos, Eira, Martins, Machado, Bordalo & Polónia 2008).

Desta forma, em cada cultura sexual existem elementos que organizam o sentido imputado à sexualidade. Os atores e os grupos que fazem parte dessa cultura, através das experiências sociais que vão alcançando, edificam o próprio saber acerca da sexualidade (Ramos et al., 2008).

## 2. EDUCAÇÃO SEXUAL

Em Portugal, a Educação Sexual converteu-se num direito e numa obrigação a partir dos primeiros anos escolares. Recentemente foi regulamentada a Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, que estabelece a educação sexual nos estabelecimentos de ensino básico e do secundário, respetivamente no Diário da República, 1.ª série - N.º 60 - 9 de Abril de 2010.

Todavia, mesmo sendo imposta pela legislação, tal não é simples de se alcançar,

encontrando-se muitos obstáculos na execução do processo de Educação Sexual nas escolas. Esta situação se deve em parte pela deficiência na formação dos professores, resistência organizada relacionada com grupos de pressão, processo de educação informal gerador de conhecimentos errôneos e atitudes negativas (Veiga, Teixeira, Martins & Meliço-Silvestre, 2006).

Tipicamente a Educação Sexual alude à educação sobre a sexualidade (Hird, 2003). A ideia da Educação Sexual emergiu como uma reação ao conservadorismo moral e, face ao silêncio das famílias e da sociedade, foi necessário que os profissionais atuassem e abordassem estas questões com os jovens, numa vertente de esclarecimento e libertação pessoal. Esta necessidade foi igualmente importante na prevenção da gravidez não desejada e, já nos anos noventa, na prevenção da SIDA.

Assim, a Educação Sexual era vista numa perspetiva de saúde, nomeadamente na prevenção das doenças (Vilar, 2005). Todavia, nas últimas décadas do século XX verificamos nas sociedades ocidentais um conjunto de alterações profundas nos valores, normas e práticas sociais, no que respeita as questões da sexualidade (Vilar, 2005). A sexualidade tem vindo a deixar de ser um tabu. Contrariamente aos universos fechados e erotofóbicos típicos de épocas anteriores, contemporaneamente vivemos um período de permissividade em matéria de normas de moral sexual (Vilar, 2005).

Mais presentemente, a Educação Sexual converteu-se num assunto de discussão e polémica no âmbito do espaço nacional. Vão-se acumulando os discursos pró ou contra a Educação Sexual, assinalando-se posturas sobre como ela deveria ou não ser promovida e posta em prática no contexto escolar (Nodin, 2001b).

Para a justificativa da necessidade de ES, podemos dizer que a implementação de um qualquer programa surge contemporaneamente por algumas razões, nomeadamente porque se tem verificado que nas últimas décadas o desenvolvimento físico dos adolescentes se tem alterado acentuadamente, isto é, chegam à puberdade mais cedo do que as gerações anteriores.

Neste sentido, é essencial que as crianças tenham informação adequada e em tempo oportuno sobre as alterações corporais, sendo recomendável iniciar a Educação Sexual numa idade precoce, apesar de ser discutível em que idade é apropriada (Vilar, 2008). No entanto, sempre deverá ser adaptada ao ciclo vital.

Como consequência destes acontecimentos, também os primeiros relacionamentos sexuais se têm iniciado mais cedo (Lemos, 2002). Surge igualmente a ideia de que a partir do momento que as pessoas nascem, começam a elaborar um conjunto de teorias explicativas acerca da sexualidade conformadas por erros, mitos e tabus, influenciando as suas vidas quotidianas.

Tal situação reflete-se negativamente na vivência da sexualidade de uma forma sana e satisfatória (Barragán & Bredy, 1996 -citadoe em Fernández, Fernández, Foltz, Mangana & Castro, 2007).

A Educação Sexual, muitas das vezes, é reduzida a questões biológicas, descurando-se de uma perspetiva holística que abarque as competências sociais, as relações entre as pessoas, os sentimentos e a autoestima.

Neste sentido, não deve ficar apenas pela informação biológica, abrindo a oportunidade para a criação de espaços de discussão sobre valores e sexualidade (Vilar,

2008). De um modo geral, a educação afetivo-sexual deve contribuir nos seguintes parâmetros: para a erradicação de formas discriminatórias de regulação na relação entre os sexos; potenciar a autonomia pessoal face a princípios provenientes de determinadas crenças e ideologias; potenciar a empatia como aptidão de interpretar adequadamente as necessidades dos outros e potenciar o desenvolvimento de uma ética individual e social no conjunto de uma sociedade democrática (Zapiain, 2002).

Os programas de Educação Sexual devem ser centrados em objetivos, tais como a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes e competências pessoais e sociais, designadamente de identificação e clarificação de valores, gestão das emoções, comunicação relacional, tomada de decisões, resolução de problemas e assertividade.

Desta forma, na Educação Sexual não deve existir lugar para a defesa de teorias pessoais ou crenças religiosas, devendo a informação ser a mais rigorosa e por consequência, derivada de um estudo científico constante (Ramiro, Matos & Vilar, 2008).

Além disso, tendo em conta a Lei nº. 60/2009, de 6 de Agosto, constituem-se como finalidades da Educação Sexual as questões relativas às relações interpessoais, os afetos; a valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual; o progresso de competências nos jovens que possibilitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade; a melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens; a diminuição de consequências negativas dos comportamentos sexuais, tais como a gravidez não desejada e as infeções sexualmente transmissíveis; a capacidade de proteção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais; o respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais; a valorização de uma sexualidade responsável e informada; a promoção da igualdade entre os sexos; o reconhecimento da importância de participação no processo educativo de encarregados de educação, alunos, professores e técnicos de saúde; o entendimento científico do funcionamento dos mecanismos biológicos reprodutivos e a eliminação de condutas baseadas na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual.

Especialmente com crianças, a Educação Sexual é socialmente, politicamente e emocionalmente uma área contenciosa da prática de saúde em cada cultura e sociedade. Não obstante, é uma ferramenta importantíssima para encarar o incremento das taxas de infeções sexualmente transmissíveis, gravidezes não planeadas na adolescência, bem como, os abortos vivenciados pelos jovens em todo o mundo (Kirby et al. 2007 -citado em Hayter, Piercy, Massey & Gregory, 2008). Kakavoulis (2001) recorda que a Educação Sexual começa muito cedo, sendo descrita como o contínuo de influências, especialmente a partir da família nos primeiros anos de vida e mais tardiamente pela escola, bem como a outros agentes sociais.

Em suma, para entendermos a Educação Sexual, precisamos compreender intrinsecamente o processo inerente à educação. Conforme vimos demonstrando, toda a prática educativa reveste-se de um carácter sociocultural. A educação, entendida numa perspetiva construtivista, mais não é, então, do que uma prática social intencional, um processo onde as intenções e expectativas sociais se entrecruzam

permitindo a co construção de uma realidade intersubjetiva, num processo contínuo e incessante (Girondi, Nothaft & Mallmann, 2006).

Por outro lado, o objetivo da ação educativa é desenvolver no indivíduo ou grupo a capacidade de analisar de forma crítica, a realidade, e de tomar decisões com vista à resolução de problemas. A educação visa também promover a capacidade de modificar situações, organizar e realizar ações e de as avaliar criticamente (Dias & Bueno, 2003).

Também, e por seu turno, a educação em Saúde, e por conseguinte, a Educação Sexual, consiste em fomentar o aprender a optar. O principal objetivo é, assim, proporcionar ao indivíduo e à comunidade os critérios para escolher entre as alternativas possíveis e tomar decisões mais saudáveis para seu próprio bem-estar (Girondi, et al., 2006). Neste sentido, a educação para a saúde tem como finalidade a preservação da saúde individual e coletiva.

## 2.1. EDUCAÇÃO SEXUAL FORMAL E INFORMAL

Existem dois tipos de Educação Sexual (ES), designadamente, formal e informal. No que diz respeito à Educação Sexual formal, esta distingue-se pelo conjunto de ações estruturadas e propositadas, exercendo como objetivo, intervir (positivamente) no domínio da vivência sexual (Marques et al., 2002).

O que define a Educação Sexual formal é a sua formalidade e intencionalidade. Neste sentido, Amor Pan (1997) define-a como “um processo pelo qual os pais e os educadores se esforçam para informar e formar os educandos no campo da sexualidade, para que estes possam aceder ao total desenvolvimento do seu ser, como homens e como mulheres, de modo a que sejam capazes de viver como seres plenamente humanos na sua vida afetiva, pessoal e social e, por sua vez, livres e responsáveis” (p. 14).

Algumas das apreciações levantadas quanto à abordagem da sexualidade num contexto educativo formal consistem nos efeitos de que tal abordagem poderá originar na conduta dos/as jovens, designadamente o incitar de um início precoce e impensado da atividade sexual. Estas críticas, fruto por natureza de uma sociedade tendencialmente católica e conservadora (Nodin, 2001b), não são confirmadas empiricamente.

Pelo contrário, acerca do início da atividade sexual, Meschke e colaboradores (2002 -citado em Ramiro & Matos, 2008) sugerem que uma atitude parental positiva em relação à sexualidade, incute no adiamento da primeira experiência sexual dos/as filhos/as, no acréscimo da conceção e na diminuição da gravidez não planeada.

Neste sentido, a Educação Sexual formal em contexto escolar, postula transmitir conhecimentos e mensagens positivas que favorecem o bem-estar do/a jovem e da criança, erradicando desta forma com a visão obscura e de segredo relativa à mesma, assim como, acabar com as crenças erróneas (Costa, 2006).

Além disso, em contexto escolar é possível a transmissão de conhecimentos de índole científico e técnico (ou científica e técnica) (Vilar, 2005).

Por outro lado, a Educação Sexual informal caracteriza-se por não ter “(...) uma intenção planificada e sistemática, independentemente de quem a faz (...)” (López, 1999, p. 12).

Este modo de atuação pode acontecer dentro ou fora do sistema educativo, realizando-se de forma espontânea, incidental e não propositada, sendo que as suas

finalidades educativas não são claras, sistemáticas e decididas (Marques et al., 2002). Neste domínio, as crianças hoje em dia recebem mensagens sobre sexualidade das mais variadas fontes, desde os pais e mães, docentes, passando pelos colegas, médias e outros familiares (Milton, 2003).

## 2.2. EDUCAÇÃO SEXUAL E A ESCOLA

Torna-se essencial referir que a escola é somente um dos agentes com influência e desempenha um papel fundamental na Educação Sexual. Não obstante, a sua eficiência é atenuada caso não seja sustentada por um saber público e político da sexualidade, como um valor natural e positivo da vida humana (Veiga et al., 2006). Loza e Gómez-Masqueo (2008) aludem no facto de a escola ser o local ideal para se alcançar a aprendizagem de condutas saudáveis, colaborar para a saúde em geral, sexual e reprodutiva em particular.

Uma das razões práticas para se utilizar a escola como meio de prevenção, resulta da quantidade de pessoas a que se pode chegar (López, 2005). Muitas das vezes, este é o único espaço em que os/as alunos/as conseguem receber informação, uma vez que os pais e as mães não conversam o suficiente com os seus filhos e suas filhas de temas relacionados com a sexualidade e a saúde sexual reprodutiva (Loza & Gómez-Masqueo, 2008; Miller & Byers, 2010).

Segundo Alves (2001), a Educação Sexual em meio escolar é a oportunidade de dar resposta aos apelos dos pais/das mães, que receiam os riscos da maternidade e paternidade precoces, bem como, das doenças sexualmente transmissíveis (ITS). Similarmente podem ser confrontados/as com a utilidade dos seus filhos/suas filhas viverem uma sexualidade livre de medos, preconceitos e enganosa.

A Educação Sexual em meio escolar corresponde à oportunidade dos/das adolescentes e jovens desenvolverem competências assertivas (Alves, 2001). Além disso, Veiga e colaboradores (2006) referem que com o acréscimo das –Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST) e, sobretudo, com o aumento da contaminação pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), torna-se particularmente essencial a escola promover recomendações internacionais, no sentido de integrar a Educação Sexual nos primeiros anos escolares.

A escola poderá cumprir um papel relevante, especialmente no domínio dos conhecimentos técnicos e científicos, quando comparada aos outros agentes de socialização. Esta tende a promover uma aprendizagem de forma articulada e com um sentido lógico, contrariamente aos meios de comunicação que não os transmite de forma regular (Vilar, 2005).

Nos dias que correm, subsistem divergentes formas de intervenção na escola, existindo aquelas que optam simplesmente pela omissão. Por um lado, existem aquelas que consideram que a Educação Sexual é da responsabilidade de especialistas, sendo estes membros externos a colaborar com o sistema educativo. De modo diferente, há as que consideram que a Educação Sexual deve ser introduzida no currículo a partir do momento em que se aprecia que as dimensões afetiva e sexual fazem parte da formação da pessoa (Zapiain, 2003).

É importante não esquecer que nem sempre é acessível para os/as próprios/as do-

centes, conversarem sobre sexualidade com os/as alunos/as nas aulas, ou fora delas. Muitos/as deles/as, ao longo do seu próprio desenvolvimento, não tiveram a oportunidade de falar com alguém (pai, mãe, professor/a) sobre as questões que envolvem a sexualidade, e tão pouco, possuíram formação apropriada e específica sobre como abordar a Educação Sexual em sala de aula. Esta situação leva-os/as frequentemente para uma posição de inquietação face à abordagem destas questões, mesmo que para tal subsista alguma motivação (Nodin, 2001a).

Nesta linha, as crianças e os jovens deveriam ser auxiliados pela escola, de modo a crescerem confiantes. Esta deveria também colaborar para que os/as alunos/as usufruam de uma vivência mais informada dos afetos, ajudando-os/as na organização da sua vida afetiva, sexual e reprodutiva (Parreira, 2006). Para finalizar, a abordagem da sexualidade na escola é um elemento essencial de todos os sistemas de ensino de qualidade e, no qual, prepara os/as alunos/as para a participação na sociedade como cidadãos responsáveis. A ausência de educação, aliada à ignorância, medo ou a resposta não fundamentada, auxilia a sustentar o aumento das taxas de gravidez indesejada e IST (Goldman, 2008).

### 2.3. EDUCAÇÃO SEXUAL E A FAMÍLIA

No apoio à Educação Sexual os pais, as mães e demais educadores/as encontram-se na linha da frente, no entanto, muitos são aqueles/as que não possuem confiança e os conhecimentos para responder às perguntas ou iniciar uma conversa sobre o tema. Também pode ocorrer que as crianças e jovens se tornem mais resistentes ou envergonhadas em começar um diálogo aberto com os progenitores.

Posto isto, subsiste um consenso de que as conversas ajustadas às idades têm de ser iniciadas antes da idade escolar. Muitas das vezes, a situação cultural e religiosa da família prejudica a visão do que é ou não é apropriado e aceitável. Em algumas comunidades tradicionais e religiosas, o ponto de vista destes/as é de que este tema é algo de que não se fala (Vilar, 2008).

Tendo em conta a perspetiva de Nedeff (2001), a família é o elemento formador da criança numa primeira instância. Os pais e mães desde muito cedo encarregam-se de instruí-la sexualmente de maneira informal, transmitindo os seus valores culturais e as suas crenças nos cuidados do dia-a-dia com a criança. Não obstante, como refere Vilar (2008), tanto a família como a escola possuem um papel a cumprir na educação em geral e, na educação sexual e de saúde reprodutiva, em particular.

Seria importante que as crianças e jovens tivessem acesso a várias fontes de informação, tendo em conta as necessidades específicas dos vários grupos etários. Desta forma, é indispensável produzir material de qualidade tanto para panoramas formais como informais.

Pela sua natureza, o contexto familiar é um agente primário no processo de socialização, no entanto não é o único agente de Educação Sexual. Assim, incumbir nas famílias a Educação Sexual das crianças e dos/as jovens, é permanecer a situação de ignorância sobre as questões da sexualidade e limitar este direito às famílias cultural e tecnicamente mais preparadas (Dias & Rodrigues, 2009; Vilar, 2005).

A família como primeiro agente deve ajudar a construir a sexualidade da criança, todavia, deve ser complementada com a informação de pessoas formadas e capazes de atuar nesta área. Nos dois contextos, formal e informal, a Educação Sexual deve ser trabalhada com pequenos grupos de crianças e jovens para que estes/as se possam expressar, afirmando ser um grupo homogêneo e de acordo com a sua faixa etária, para que sejam alcançados os objetivos.

Convém ressaltar que muitos pais e mães têm dificuldade em discutir questões sexuais com os/as filhos/as, ou então, consideram a sexualidade como um tabu. Como consequência desta situação, as crianças e adolescentes recorrem a informações provenientes dos pares, publicações, filmes, entre outros e, cuja qualidade é discutível.

Neste sentido, os pais/as mães podem ser motivados/as e preparados/as para incrementar formas de colaborar num desenvolvimento de atitudes e condutas responsáveis, especialmente em parceria com as escolas.

## 2.4. EDUCAÇÃO SEXUAL E OS MEDIA

Brown e Keller (2000) defendem que os media são importantes educadores sexuais, porém, estes raramente se têm preocupado com os resultados das suas transmissões na área da sexualidade. Os/as que possuem e criam meios de comunicação, interessam-se mais com a atração do público e vendas de produtos, do que propriamente em fomentar uma sexualidade saudável.

Neste sentido, grande parte é transportada por margens de lucro, não pela responsabilidade social nem pela melhoria de uma sexualidade saudável. Desta feita, se comportamentos sexuais inconscientes gerarem audiências, então será esse o produto.

Os media desempenham um papel expressivo na vida da maioria das crianças e adolescentes (Bleakley, Hennessy, Fishbein, Coles, & Jordan, 2009), sendo o seu impacto de grandes dimensões quanto à propagação das ondas de mudança social. A característica que mais distingue a atualidade com as épocas anteriores, resulta da capacidade que os media possuem em divulgar rapidamente uma mensagem, uma ideia, uma imagem ou até uma nova moda.

É patente que presentemente os universos comunicacionais dão uma maior visibilidade e importância às questões de natureza sexual. Contrariamente a eras anteriores, onde as imagens dos corpos eram cuidadosamente encobertas, a nudez é agora habitual na publicidade, novelas e nos filmes (Vilar, 2003).

Com as mensagens cada vez mais sexualizadas nos meios de comunicação, é colocada uma pressão crescente nas crianças em idades precoces, fortalecendo ainda mais a importância dos pais na adoção de um papel pró-ativo, quando se aborda esse tipo de mensagens (Vilar, 2008). Os media são frequentemente enganadores, sendo que a televisão e as revistas alteram constantemente o sentido das suas mensagens, não fornecendo um encadeado lógico dessas mesmas. Fornecem sim, alguma informação que é parcelar, espartilhada, seletiva, superficial, muitas vezes ilusória e imprecisa na sua apresentação (Vilar, 2005). Além do mais, a televisão expõe as crianças a comportamentos sexuais adultos de uma forma que retratam essas ações como

normais e sem riscos, transmitindo a mensagem de que uma vez que essas condutas são habituais, "todos o fazem" (Canadian Paediatric Society, 2003).

Por outro lado, as mensagens escritas, designadamente as páginas dedicadas a questões sexuais das revistas femininas, masculinas ou juvenis, consomem-se de maneira informal, uma vez que estas publicações têm uma essência eminentemente lúdica. Não obstante, os media influenciam fortemente o contexto ambiental e o das atitudes, influenciando muito pouco no que respeita ao domínio dos conhecimentos e das competências. Nesta medida, delegar aos meios de comunicação o papel primordial na socialização sexual das crianças e jovens, é muito redutor e perigoso (Vilar, 2005).

Tal como refere Strasburger (1999), a inexistência de uma vasta e efetiva Educação Sexual em casa ou na escola, torna a televisão e outros meios de comunicação nas fontes atraentes de ES. A televisão é um meio de divulgação poderoso, com capacidade de moldar atitudes.

Ainda nesta perspetiva, Pinto (1995, p. 25) refere que "a televisão e outros meios de comunicação de massa podem ser considerados fontes alternativas de (des)educação sexual, porque nelas as crianças e os adolescentes encontram informações que satisfazem a sua curiosidade acerca do secreto mundo sexual dos adultos". Contudo, igualmente outros meios de comunicação (cinema, revistas) se erotizam velozmente, transformando-se mais explícitos sexualmente.

## 2.5. MODELOS DE EDUCAÇÃO SEXUAL

A Educação Sexual pode ser abordada de diversas maneiras; umas mais abertas e integradoras, outras mais fechadas e redutoras. Faz-se importante refletir sobre estes modelos e conhecê-los para fazer a opção mais adequada.

Qualquer modelo que visa a promoção da abstinência sexual em geral é um modelo de natureza fechada, uma vez que elimina a diversidade em prol da promoção de uma posição moral única. Neste mesmo modelo, os/as docentes não são formados para trabalhar com a multiplicidade moral que descreve a sociedade, mas sim, a vencer as suas audiências para lhes inculcar um discurso rígido e único, muitas das vezes, utilizando recurso a falsos argumentos. A Educação Sexual tendo em conta este modelo, é vista e pensada como um terreno de persuasão moral, de proselitismo e não como um campo de discussão livre das diferentes posições (Vilar, 2001).

O tipo de Educação Sexual que se desenvolve depende do conceito de sexualidade de que se parta. Assim sendo, caso uma pessoa reduza o seu conceito de sexualidade à reprodução, a Educação Sexual basear-se-á em lições de anatomia e fisiologia da reprodução (modelo biológico-reprodutivo). Por outro lado, se um indivíduo considera que a sexualidade se reduz a um instinto sexual forte e perigoso e, que é capaz de danificar a moral estabelecida, neste caso a Educação Sexual basear-se-á numa doutrinação em função de uma destinada moral, que no nosso contexto, geralmente poderá ser a católica.

Num outro ponto de vista, se a sexualidade for reduzida aos riscos inerentes ao comportamento sexual, a Educação Sexual estará assente na informação sobre a SIDA, as IST e os métodos contraceptivos (modelo médico-preventivo) (Sanches, 2005; Vilar, 2002; Zapiain, 2002).

Neste sentido, com as crianças e jovens a quererem saber mais, com a inutilidade das ações educativas assentes apenas nas componentes cognitivas, bem como, a abordagem de questões sexuais pelos mass media, conduziram para demonstrar a insuficiência e as restrições dos modelos anteriores. Na verdade, carecia a discussão da sexualidade como um todo, especialmente os comportamentos, valores e atitudes a ela relacionados (Vilar, 2002).

Nas últimas três décadas foi desenvolvido um novo modelo de Educação Sexual ao qual intitularam por modelo de desenvolvimento pessoal e social e, que outros autores denominam por modelo aberto, profissional e democrático (López & Fuertes, 1999). Este mesmo, parte de uma noção alargada da sexualidade e de uma valorização positiva da mesma, assim como, das suas múltiplas expressões.

Posto isto, aliado às diferentes componentes da sexualidade, devem-se associar o debate sobre a variedade dos valores, atitudes e o treino de competências. Desta forma, proporcionar aos/às envolvidos/as, uma maior capacidade para fazerem escolhas conscientes e responsáveis.

### 3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-LEGAL DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM PORTUGAL

De acordo com o que temos apresentado, a inserção e participação das crianças e jovens na sociedade requer que estejam preparados para lidar com a vida sexual e reprodutiva de uma forma responsável e informada (Paiva, 2000).

Tomando como base o conceito de saúde, já mencionado, como bem-estar físico, mental e social, veiculado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde sexual não se restringe à saúde reprodutiva e ultrapassa as questões de contraceção e prevenção de infeções sexualmente transmissíveis. De facto, por um lado a saúde reprodutiva centra-se no direito à informação e acesso a métodos contraceptivos e de planeamento familiar eficazes, seguros e adequados às condições socioeconómicas das pessoas, bem como a outros métodos legais de regulação da fertilidade.

Contudo, por outro lado, a saúde reprodutiva concerne ao direito de aceder a serviços de saúde que proporcionem vigilância e segurança na situação de gravidez e parto. A saúde reprodutiva integra assim o planeamento familiar e a vivência de uma gravidez e parto em condições seguras, salvaguardando as condições mais apropriadas ao desenvolvimento embrionário e fetal intrauterino, assim como condições no processo de parto que favoreçam o nascimento de crianças saudáveis e que contribuam para a redução da mortalidade materno-infantil.

Para a condução destes objetivos, a intervenção na área da saúde sexual e reprodutiva assume um caráter multidisciplinar e envolve áreas como: i) prestação de cuidados de saúde perinatais e pós-parto; ii) implementação e promoção do acesso a serviços de planeamento familiar; iii) prevenção da gravidez não desejada; iv) eliminação do aborto não seguro; v) combate à infertilidade; vi) prevenção das infeções sexualmente transmissíveis e doenças do aparelho reprodutor; e, vii) combate à violência sexual baseada no género e orientação sexual.

Em novembro de 1986 ocorreu a primeira grande conferência sobre "promoção para a saúde" que resultou na carta de OTTAWA, documento orientador emanado da

OMS, no qual Portugal participou e ratificou. Neste documento cada pessoa é tornada corresponsável pela sua saúde e pela saúde da sua comunidade, uma vez que nele se define que a promoção da saúde é um processo que permite às pessoas aumentar o seu domínio sobre a saúde e melhorá-la.

Neste sentido, clarificou-se que o processo de promoção da saúde não deve ser exclusivo dos serviços de saúde, mas deve ser realizado em múltiplos contextos, em particular, os contextos educacionais, pois todos estes são responsáveis pela construção do bem-estar global. Além disso, a ausência de informação dificulta ou, mesmo, impede, uma tomada de decisão adequada, o que reforça a necessidade de fomentar uma Educação para a Saúde em meio escolar.

Em 1991, e em consequência deste documento e da conferência que lhe deu origem, o Gabinete Regional para a Europa da Organização Mundial de Saúde formou a Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde (REEPS), com o objetivo de promover a saúde e demonstrar o impacto da promoção da saúde em meio escolar. Portugal aderiu a este movimento em 1994.

No final da década de 90, do século XX, a preocupação com a Educação para a Saúde em meio escolar traduz-se por duas iniciativas: i) a reorganização do Centro de Apoio Nacional (CAN) à Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS), em 1998, através do despacho nº 271/98 de 15 de abril, com o objetivo de promover a Educação sexual em meio escolar e apoiar o CAN nessa tarefa (DR, 1998) e, ii) a criação, em 1999, através do Despacho Ministerial nº 15.587/99 de 12 de agosto, da Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde (CCPES). Esta estrutura, sucessora do Programa de Promoção e Educação para a Saúde foi desenvolvida com o objetivo de fomentar iniciativas e inovação no âmbito da educação para a saúde em meio escolar, bem como para assegurar a articulação entre os diversos serviços envolvidos, e as parcerias com o ministério da educação (DGS, 2005; Fernandes, 2006).

Atualmente, este movimento configura-se na plataforma Schools for Health in Europe (SHE). O SHE trata-se de uma rede de coordenadores nacionais de 46 países da região da Europa, e visa tornar a promoção da saúde parte integrante das políticas de desenvolvimento da educação e da saúde na Europa. Para tal, apoia organizações e profissionais no desenvolvimento e sustentabilidade da promoção da saúde na escola em cada um dos países, identifica e partilha informações relevantes em saúde escolar, incentiva a investigação, a partilha boas práticas e de conhecimentos.

Em Portugal, a coordenação está a cargo da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, através do Núcleo de Educação para a Saúde e Ação Social Escolar (NESASE). A coordenação do NESASE representa o Ministério da Educação no SHE. Cabe à Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGI-DC), acompanhar, monitorizar e avaliar atividades de promoção e educação para a saúde em meio escolar. Por outro lado, esta entidade deverá também definir políticas de promoção e educação para a saúde e adaptar e acompanhar as diretivas da OMS e do Conselho da Europa (SHE) sobre a educação para a saúde.

Em meio escolar, a Educação para a Saúde pretende dotar as crianças e jovens de conhecimentos, atitudes e valores que contribuam para a tomada de decisões adequadas à sua saúde e daqueles que os rodeiam.

Fundamenta-se, deste modo, num princípio de capacitação e não tanto de transmissão, dado que visa fomentar a autonomia e capacidade deliberativa na criança e no jovem face às diversas situações que envolvem a sua saúde e a dos outros e comportamentos de risco. Acima de tudo, a educação para a saúde pretende implicar e responsabilizar a criança e/ou o jovem como agente ativo na promoção da saúde da comunidade onde está inserido.

A educação para a saúde em contexto escolar pretende desenvolver hábitos de vida saudável, tais como: alimentação adequada, atividade física e desportiva, atividades de lazer e recreação, adequados às capacidades, interesses e necessidades de cada um.

Pretende ainda desenvolver capacidade de autocrítica que impulse à reflexão e mudança comportamental. Contribui para fomentar comportamentos de intervenção nos espaços e serviços escolares, mantendo-os seguros, higiénicos, confortáveis e agradáveis. Fomenta a capacidade de adaptação à mudança, de gerir o stress e de se adaptar à frustração. Incentiva à compreensão e respeito pelo outro, promovendo ainda capacidade de trabalho em equipa. Complementarmente, proporciona o desenvolvimento da capacidade de resistir à pressão dos pares no sentido da manifestação de comportamentos de risco (e.g. consumo de drogas, alimentação desajustada; comportamento sexual de risco). Acima de tudo, a promoção da saúde através da educação para a saúde visa desenvolver na criança e no jovem a capacidade de construir a sua identidade através da reflexão sobre os seus próprios ideais, motivações e ações.

Assim, a educação sexual enquadra-se no âmbito da promoção e educação para a saúde.

A educação sexual é um processo que ocorre quando qualquer agente educativo informa as crianças e adolescentes sobre aspetos relacionados com a sexualidade contribuindo para o seu desenvolvimento como homens e mulheres, capazes de tomar decisões ao nível da sexualidade e de se responsabilizarem por essas tomadas de decisões (Amor Pan, 1997).

Nunca é demais referir que educar para a sexualidade implica não só informar sobre aspetos biológicos e sexuais, mas discutir valores do domínio socio afetivo que emergem no processo de socialização, quer através da família, quer na escola e em todo o ambiente social em que a criança/jovem participa e se insere (Cortesão, Silva, & Torres, 1989). Educar para a sexualidade é, acima de tudo, educar para a cidadania (Fernandes, 2006).

## REFERÊNCIAS

- Alves, M. J. (2001). *A Educação Sexual é... Sexualidade & Planeamento Familiar*, 31, 1-2.
- Amor Pan, J. R. (1997). *Afectividad y Sexualidad en la Persona con Deficiencia Mental*. Madrid: Universidad Pontificia Comillas.
- Arnal, R. B., & Llarío, M. D. G. (2006). La sexualidad en niños de 9 a 14 años. *Psicothema*, 18 (1), 25-30.

- Bleakley, A., Hennessy, M., Fishbein, M., Coles, H. C., & Jordan, A. (2009). How sources of sexual information relate to adolescents' beliefs about sex. *American Journal Health Behavior*, 33 (1), 37-48.
- Brown, J. D., & Keller, S. N. (2000). Can the mass media be healthy sex educators? *Family Planning Perspectives*, 32 (5), 255-256.
- Camargo, A. M. F., & Ribeiro, C. (2003). La educación sexual en lo cotidiano de la escuela. *Educar*, 31, 67-85.
- Canadian Paediatric Society (2003). Impact of media use on children and youth. *Paediatric Child Health*, 8 (5), 301-306.
- Castañón, J. G. V. (2007). La Sexualidad: un campo de estudio permanente. *Medicina Universitaria*, 9, 159-60.
- Cortesão, I., Silva, M., & Torres, M. (1989). Educação para uma sexualidade humanizada: guia para professores e pais. Porto: Afrontamento.
- Costa, A. J. L. L. (2006). A educação sexual numa perspectiva de educação para a saúde: um estudo exploratório na escola secundária pluricurricular de Santa Maria Maior de Viana do Castelo. Retirado de: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6284/3/DIS-SERTA%c3%87%c3%83O%20de%20Mestrado.pdf>
- DGS (2005). Saúde escolar, Programas e projectos- Escolas promotoras de saúde. Retirado de <https://www.dgs.pt/promocao-da-saude/saude-escolar/programas-e-projectos/escolas-promotoras-de-saude.aspx>
- Dias, A., & Bueno, S.M.V. (2003). Programa educativo sobre sexualidade, DST/AIDS e sexo seguro, desenvolvido junto aos alunos do curso técnico de enfermagem: um relato de experiência. *Nursing*, 58(6), 14-21.
- Dias, A. C., & Rodrigues, M. A. (2009). Adolescentes e sexualidade: contributo da educação, da família e do grupo de pares adolescentes no desenvolvimento da sexualidade. *Revista Referência*, 10, 15-22.
- DR (1998). Despacho nº 271/98 de 15 de abril, DIARIO DA REPUBLICA - 2.ª SERIE, Nº 88, de 15.04.1998, Pág. 4923
- Fávero, M. F. (2003). Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores. Lisboa: Climepsi.
- Fernandes, A. M. (2006). Projecto SER MAIS: Educação para a sexualidade online. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto.
- Fernández, M. V. C., Fernández, M. L., Foltz, M. L., Mangana, A. M. N., & Castro, Y. R. (2007). Evaluación de un programa de educación sexual con estudiantes de Educación Secundaria Obligatoria. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7 (3), 739-751.
- Girondi, B., Nothaft, S. & Mallmann, F. (2006). A metodologia problematizadora utilizada pelo enfermeiro na educação sexual de adolescentes. *Cogitare Enfermagem*, 11(2), 161-165.
- Goldman, J. D. G. (2008). Responding to parental objections to school sexuality education: a selection of 12 objections. *Sex Education*, 8 (4), 415-438.

- Hayter, M., Piercy H., Massey, M.-T., & Gregory, T. (2008). School nurses and sex education: surveillance and disciplinary practices in primary schools. *Journal of Advanced Nursing*, 61 (3), 273-281.
- Hird, M. J. (2003). Thinking about 'sex' in education. *Sex Education*, 3 (3), 187-200.
- Kaeser, F., DiSalvo, C., & Moglia, R. (2000). Sexual behaviors of young children that occur in schools. *Journal of Sex Education and Therapy*, 25 (4), 277-285.
- Kakavoulis, A. (2001). Family and sex education: a survey of parental attitudes. *Sex Education*, 1 (2), 163-174.
- Lemos, M. E. (2002). O papel dos conhecimentos e atitudes sobre sexualidade como pré-requisitos para comportamentos saudáveis. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 33, 43-50.
- DR (2010). Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto. Diário da República, 1.ª série - N.º 60 - 9 de Abril de 2010
- López, F. (2005). La educación sexual de los hijos. Madrid: Pirámide.
- López, F., & Fuertes, A. (1999). Para compreender a sexualidade (António Marques e Lurdes Silva). Lisboa: Associação para o Planeamento da Família (originalmente publicado em 1989).
- Loza, S. M. & Gómez-Masqueo, E. L. (2008). Barreras y estrategias para la investigación en salud sexual. Una experiencia con adolescentes en escuelas públicas. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 13, 203-222.
- Marques, A. M., Vilar, D., & Forreta, F. (2002). Educação sexual no 1º ciclo: um guia para professores e formadores. Lisboa: Texto.
- Miller, S. A., & Byers, E. S. (2010). Psychologists' sexual education and training in graduate school. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 42 (2), 93-100.
- Milton, J. (2003). Primary school sex education programs: views and experiences of teachers in four primary schools in Sydney, Australia. *Sex Education*, 3 (3), 241-256.
- Nedeff, C. C. (2001). Contribuições da sexologia sobre a sexualidade infantil nos dois primeiros anos de vida: uma revisão bibliográfica. *Psicologia: Teoria e Prática*, 3 (2), 83-91.
- Nodin, N. (2001a). Adolescentes, o sexo e os outros. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 31, 37-42.
- Nodin, N. (2001b). Avaliação da eficácia da educação sexual em meio escolar. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 32, 43-44.
- OMS (2002). Defining sexual health: report of a technical consultation on sexual health. Genebra: Autor.
- Paiva, V. (2000). Fazendo arte com camisinha: Os dilemas da sexualidade dos jovens em tempos de AIDS. São Paulo: Summus.
- Parreira, A. (2006). A importância dos projectos em escolas. *Educação Sexual em Rede*, 2, 14-15.
- Pinto, L. F. M. (1995). Televisão e educação sexual. *Jornal de Pediatria*, 71 (5), 248-254.

Ramiro, L., & Matos, M. G. (2008). Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista Saúde Pública*, 42 (4), 684-692.

Ramiro, L., Matos, M. G., & Vilar, D. (2008). Factores de sucesso da educação sexual em meio escolar. *Educação Sexual em Rede*, 3, 8-13.

Ramos, R. D., Eira, C., Martins, A., Machado, A., Bordalo, M., & Polónia, Z. (2008). Atitudes, comunicação e comportamentos face à sexualidade numa população de jovens em Matosinhos. *Arquivos de Medicina*, 22 (1), 3-15.

Sanches, I. (2005). Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 127-142.

Sousa, A. P., Soares, I., & Vilar, D. (2007). Lessons learnt from a secondary school sex education program in Portugal. *Sex Education*, 7 (1), 35-45.

Southard, N. Z., & Keller, J. (2009). The importance of assessing sexuality: A patient perspective. *Clinical Journal of Oncology Nursing*, 13 (2), 213-217.

Strasburger, V. (1999). *Os adolescentes e a mídia: impacto psicológico*. Porto Alegre: Artmed.

Veiga, L., Teixeira, F., Martins, I., & Meliço-Silvestre, A. (2006). Sexuality and human reproduction: a study of scientific knowledge, behaviours and beliefs of Portuguese future elementary school teachers. *Sex Education*, 6 (1), 17-29.

Vilar, D. (2001). Educação Sexual ou proselitismo moral? *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 31, 3-4.

Vilar, D. (2002). Contributos para a história da educação sexual em Portugal. In A. Marques, D. Vilar & F. Forreta (org.) *Educação sexual no 1º ciclo: um guia para professores e formadores* (p.15-23). Lisboa: Texto.

Vilar, D. (2003). "Mass Media" e Sexualidade. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 36, 13-14.

Vilar, D. (2005). A educação sexual faz sentido no actual contexto de mudança? *Educação Sexual em rede*, 1, 8-15.

Vilar, D. (2008). Resultados da conferência de colónia sobre educação sexual dos jovens numa Europa multicultural. *Educação Sexual em Rede*, 4, 4-17.

Zapain, J. G. (2002). Educação afectivo-sexual. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 35, 33-38.

Zapain, J. G. (2003). A educação afectivo-sexual na escola. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 36, 33-38.